

**FIRMIN, JOSEPH-ANTÉNOR. IGUALDAD DE LAS RAZAS HUMANAS:
ANTROPOLOGÍA POSITIVA. LA HABANA, EDITORIAL DE CIENCIAS SOCIALES,
2013.**

Rodger Richer

A obra *A Igualdade das Raças Humanas*, escrita pelo haitiano Joseph Anténor Firmin (1850-1911), representa um divisor de águas nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia. Publicado em 1885, o livro se apresenta como uma espécie de resposta às “ideias força” que vigoravam no campo da Antropologia do século XIX, propagadas principalmente pelas teses do escritor francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), por meio do livro *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*, publicado originalmente em Paris entre os anos de 1853 e 1855. Gobineau, tal como prevê o título do seu livro, defendia a existência das desigualdades entre as raças humanas. O livro de Firmin, ao se contrapor à essas teses, é um estudo de extrema importância para se compreender a linha argumentativa dos antropólogos que defendiam a existência das desigualdades entre as raças humanas, bem como para apreender as fragilidades de tais argumentos e como eles influenciaram na postura colonialista e imperialista dos diversos países da Europa.

Trata-se de uma obra densa, escrita em um contexto no qual o positivismo exerceu forte influência nas ciências humanas, em específico na antropologia. É nítido perceber a influência do pensamento de Auguste Comte, bem como da obra *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, no pensamento dos antropólogos da época, na medida em que a teoria da evolução das espécies, localizada no âmbito da biologia, fora “assimilada” pela maioria dos antropólogos do século XIX como uma forma de estabelecer divisões e hierarquizações entre as raças. Assim, observa-se que a antropologia preocupava-se fundamentalmente com o estabelecimento da distinção entre as diversas raças humanas, resumidas em basicamente em três (negros, amarelos e brancos) desde um viés poligenista – que parte do princípio de que os seres humanos constituem-se em distintas raças, oriundas de origens diferentes – ou monogenista – onde a influência religiosa era notável, e pressupunha que as raças humanas partem de uma mesma origem. Nesta resenha, não vamos nos deter nas especificações destas duas abordagens, mas tentar elucidar o que ambas têm em comum: a defesa da tese de que as raças humanas são desiguais.

A princípio, o autor discorre acerca da importância da Antropologia como uma ciência que busca descrever e classificar as características distintivas das raças humanas, a partir de

determinados métodos e critérios. Uma das questões antropológicas e políticas mais relevantes no contexto estudado pelo autor é a seguinte: existe igualdade entre as raças humanas? Para responder esse questionamento, Firmin apresenta detalhadamente uma série de métodos adotados pelos antropólogos da época que serviram de base para classificar as raças humanas, e avalia a pertinência desses como critérios científicos válidos para empreender tal atividade. Entre eles, os mais significativos são: a medição do crânio, a cor da pele e as línguas.

O autor confere especial atenção às comparações entre os crânios, as quais eram realizadas para mensurar a capacidade intelectual e, a partir dos seus resultados, proclamar a inferioridade ou superioridade de uma raça sobre a outra. É importante destacar que Firmin, ao analisar diferentes tabelas de medição do crânio elaboradas por numerosos antropólogos, observa flagrantes irregularidades e contradições nos seus resultados e argumentos. Logo, a medição do crânio não é considerada pelo autor como um método confiável para a classificação das raças. Esse método, segundo ele, estava mais ancorado em aspectos ideológicos do que propriamente científicos. Nesse sentido, a antropologia se viu a serviço da construção de argumentos que visavam, sobretudo, legitimar a escravidão, ao taxar as populações negras como biologicamente inferiores.

Tal como a medição do crânio, o estudo das línguas também figura como um método falho para classificar as raças. Entre todos eles, apesar das limitações, Firmin considera que a cor da pele é o critério mais confiável para o estabelecimento das raças humanas, na medida em que é uma característica mais constante e evidente. Seguindo esta base de classificação, ele divide as raças em três grandes grupos: brancos, amarelos e negros.

É importante destacar que autor é crítico de uma série de métodos antropológicos que vigoravam no século XIX, empregados principalmente por aqueles influenciados pela linha argumentativa de Gobineau, cujo principal objetivo era sustentar a tese de que as “raças humanas” são desiguais do ponto de vista biológico, dispostas numa escala hierárquica, onde o “branco” ocupa o topo da escala evolutiva, e o negro, a base.

Por conseguinte, a maioria dos antropólogos de então defendiam a ideia de que as raças consideradas “superiores” (como os brancos) estariam aptas para subjugar as “raças inferiores” (como os negros), tal como ocorre, com as suas devidas ressalvas, nas numerosas espécies do mundo animal. Logo, para esses antropólogos, os “brancos” poderiam exercer legitimamente o seu domínio sob as “raças inferiores” por meio da escravidão e da colonização dos seus territórios, como ocorreu nos numerosos países da África. Isto é, seria como se estivessem “respaldados pela

natureza para dominar o mundo”.

Assim, a partir de perguntas, respostas e densas descrições dos métodos empregados pelos antropólogos próximos ao pensamento de Gobineau, Firmin “falseia” a maioria destes métodos de classificação das raças humanas em inferiores e superiores, por não se basearem em argumentações sólidas, comprovadas cientificamente e não contraditadas pelos fatos.

Além de negar estes critérios biológicos, Firmin apresenta várias justificativas que comprovam que a raça negra, tida pelos antropólogos defensores das teses de Gobineau como a menos evoluída, era igual a todas as outras raças, e no decurso da história exerceu papéis de destaque tanto no Egito, quanto no Haiti, por exemplo.

Segundo o autor, o Haiti pode ser considerado um dos lugares mais importantes para se comprovar a igualdade das raças humanas, na medida em que foi celeiro de personalidades importantes, como Toussaint-Louverture. Além disso, a nação haitiana, por meio de Petion, ajudou Simón Bolívar a se restabelecer após fracassar em 1811 na luta contra o domínio espanhol, acolhendo-o no Haiti e auxiliando-o, indiretamente, na conquista da independência da Venezuela. Isso posto, tanto do ponto de vista biológico, quanto das disposições intelectuais e morais, o homem negro era tão capaz quanto o homem branco, porquanto exerceu papéis destacados no decurso da história, apesar das inúmeras atrocidades às quais foram submetidos.

O autor também discorre acerca da “solidariedade da raça europeia”, onde a ideia de raça e a ideia de pátria assumem um “egoísmo particular” diante das outras pátrias e raças. O “egoísmo racial” europeu, segundo Firmin, colocou a “raça branca no centro”, conferindo-lhe tanto o “direito de colonizar” os povos tidos como inferiores, quanto de exterminá-los quando resistem à sua dominação. Dessa maneira, para legitimar as pretensões europeias, a ideia de desigualdade entre as raças assumiu uma posição destacada, visto que a raça branca, considerada superior, tinha como “missão natural” dominar as demais, por ser a “única capaz de promover e manter a civilização”.

Assim, é nítido perceber a sede de colonizar da Europa, legitimada a partir de argumentos ancorados nas desigualdades naturais e morais. É importante salientar que, para Firmin, a igualdade natural pressupõe a igualdade política, e talvez seja este o motivo de os antropólogos da época refutarem veementemente a igualdade entre as raças. A tese que defende as desigualdades raciais, portanto, teria como reais interesses não a verdade científica, mas a cobiça econômica que favoreceu a Europa, dando “carta branca” para que ela domine a Ásia, África e outras regiões do globo.

Vale destacar que Firmin não nega a existência de nações civilizadas ou selvagens, mas refuta a ideia de que esta polarização é determinada pelas desigualdades raciais, onde o negro seria equivalente à barbárie, e o branco à civilização. Logo, é impossível conceber a inferioridade ou superioridade de uma raça sobre a outra.

Em resumo, obra *A Igualdade das Raças Humanas* possui como principal objetivo refutar a ideia de que as raças humanas, compreendidas entre os três grandes grupos — negros, amarelos e brancos —, são desiguais do ponto de vista biológico e estão dispostas numa escala hierárquica que vai desde o mais evoluído ao menos evoluído. Para chegar a esta conclusão, Firmin diverge da craniologia como método de classificação e hierarquização das raças humanas, bem como afirma que o negro, apesar de todas as adversidades que foram impostas sobre ele, é capaz de exercer atividades intelectuais iguais ou superiores aos brancos, valendo-se de exemplos do Egito e Haiti para comprovar a sua tese. É curioso notar que, em que pese ele tenha sido crítico aos métodos empregados pelos antropólogos da época, ele chega a defender certo “determinismo geográfico” ao compreender que o ambiente pode contribuir para o grau de barbárie ou civilização de uma determinada população, mas reafirma o seu posicionamento de que os aspectos biológicos em nada têm a ver com estas questões.

O estudo da obra em questão é importante para compreendemos os argumentos que pavimentaram o terreno sob o qual o racismo científico emergiu no século XIX e influenciou gerações que os sucederam, bem como para compreendermos que o conceito de raça também foi importante para o estabelecimento da nação haitiana e de outras nações da América Latina, sendo a inferioridade das raças humanas um dos argumentos legitimadores para a expansão colonial, colocando o domínio europeu como algo irrefutável.